Programa de Pós-Graduação em
Educação Profissional e Tecnológica

PRODUTO EDUCACIONAL

Referencial prático para a abordagem da Educação em Direitos Humanos na EPT

Uma proposta para o Ensino Médio Integrado à EPT

Gisele Rodrigues Martins
Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo

IMPERIAL editora

Rio de Janeiro, 2026

Referencial prático para a abordagem da Educação em Direitos Humanos na EPT

Uma proposta para o Ensino Médio Integrado à EPT

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

M386 Martins, Gisele Rodrigues

Referencial prático para a abordagem da educação em direitos humanos na EPT : uma proposta para o ensino médio integrado à EPT / Gisele Rodrigues Martins; Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Imperial Editora, 2026.

25 p.

Bibliografia: p. 25.

ISBN: 978-65-5930-390-8

1. Direitos humanos. 2. Educação profissional. 3. Práticas pedagógicas. 4. Ensino médio. I. Rêgo, Carlos Eduardo Oliva de Carvalho. II. Título.

CDD 323

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

Gisele Rodrigues Martins
Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo

Referencial prático para a abordagem da Educação em Direitos Humanos na EPT

Uma proposta para o Ensino Médio Integrado à EPT

1ª Edição

IMPERIAL editora

Rio de Janeiro, 2026

RESUMO

MARTINS, Gisele Rodrigues. **TRABALHO, GÊNERO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DEMOCRACIA COMO TEMAS FUNDAMENTAIS PARA UMA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.** 2026. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2026.

Esta dissertação visa discutir a possível interseção entre a Educação em Direitos Humanos (EDH) e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no currículo do Ensino Médio Integrado (EMI), propondo uma prática pedagógica de EDH como forma de contribuição para a formação emancipatória dos estudantes da EPT. Para tanto, nossa pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de revisão bibliográfica e discussão teórico-epistemológica, considerando temas fundamentais da EDH para a EPT (i) as relações de trabalho, (ii) de gênero, (iii) étnico-raciais e, finalmente, a (iv) defesa da democracia. Com o objetivo de levar estudantes da EPT à apreciação de tais temas fundamentais da EDH, propomos um Produto Educacional (PE) voltado para docentes, educadores e demais profissionais ligados ao EMI e à EPT, intitulado “Referencial Prático para Educação em Direitos Humanos na EPT”, que aborda justamente as relações de trabalho, de gênero, étnico-raciais e a democracia, inspirado em oficinas pedagógicas do campo da EDH. Com isso, esperamos contribuir com a formação integral dos estudantes da EPT, fugindo a uma organização pedagógica fragmentada. Pautados na interdisciplinaridade na abordagem dos temas fundamentais da EDH, assim, buscamos enfrentar uma visão de EPT voltada para uma formação para o trabalho com caráter meramente utilitarista, reconhecendo o papel da formação para a cidadania e as relações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Direitos Humanos; Ensino Médio Integrado; Educação Profissional e Tecnológica; Formação Integral; Relações de Trabalho, Gênero, Relações Étnico-Raciais, Democracia.

Sumário

Apresentação
Definições e Sugestões de Aplicação
Fluxo de Encontros Temáticos - Educação em Direitos Humanos
Temáticas:
Condições de Trabalho
Gênero
Relações Étnico-raciais e Povos Indpigenas
Democracia

Referências Bibliográficas

Apresentação

Este produto educacional (PE), em formato de e-book, foi concebido como parte integrante da pesquisa intitulada ‘TRABALHO, GÊNERO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DEMOCRACIA COMO TEMAS FUNDAMENTAIS PARA UMA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA’. Peça obrigatória no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), o PE se apresenta como um recurso de apoio a toda e quaisquer práticas do ambiente escolar, que tenham por objetivo a aproximação entre a Educação em Direitos Humanos (EDH) e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Para tal, propõe conteúdos que têm por fim ampliar o repertório e de certa maneira desenvolver a habilidade de pensar criticamente. Este material não tem a pretensão - nem reúne as condições necessárias – de abarcar a totalidade de abordagens possíveis, mas se constitui enquanto apoio e referencial, pois serão disponibilizados recursos e indicações de artistas, músicas, obras literárias, filmes, bibliografias capazes de mobilizar as discussões acerca dos direitos humanos a partir de múltiplas fontes, sobretudo, aquelas com riqueza expressiva capaz de subsidiar o debate e a reflexão e as bases conceituais e formativas.

Este recurso digital pretende colaborar com a formação de sujeitos que possam contribuir com transformações sociais e ainda aproximar EDH e EPT, produzindo resultados formativos relevantes para a futura classe trabalhadora. Apesar de não abordar todos os conteúdos relacionados aos temas, apresenta algumas possibilidades teóricas e práticas, que possam levar o estudante a reflexões e construções que rompam com uma visão de EPT como simples transmissão de fazeres aplicáveis ao mundo do trabalho, mas que possa contribuir para a tão almejada formação integral. Reforçarmos que o material se constituirá tão somente como um referencial, pois acreditamos que os docentes e demais profissionais de EPT devem exercer plenamente sua autonomia de planejamento, bem como sua prática pedagógica.

Com o intuito de disponibilizar aos profissionais um material que os auxiliem na abordagem do tema Educação em Direitos Humanos junto aos seus estudantes e demais membros da comunidade, e que possa ser subsídio para aulas, oficinas, palestras, encontros e demais estratégias pedagógicas, o PE foi enriquecido com exemplos de recursos múltiplos de modo a exemplificar os caminhos pedagógicos e metodológicos passíveis de serem percorridos tem em vista as temáticas escolhidas como primordiais ao trabalho de EDH no EMI, de modo que a metodologia da elaboração do Produto Educacional passou por coligir publicações, músicas, livros, e outras manifestações passiveis de fomento ao diálogo com a EDH, verificando o que poderia ser relevante para a sugestão do trabalho para uma EDH na EPT.

Definições e Sugestões de Aplicação

Tendo em vista o contexto pedagógico do EMI, o PE foi pensado para aplicação em quatro bimestres ao longo do ano letivo, sendo dois encontros por bimestre, ou seja, um encontro por mês. A ideia é que se tenha um primeiro encontro para apreciação introdutória do tema, abordagem dos objetivos de aprendizagem, e problematização em torno da realidade, a partir dos referenciais propostos para a temática do bimestre. Após esse primeiro encontro, haveria um segundo de aprofundamento, promoção de discussões, produção coletiva de sínteses e estabelecimento de compromissos de ação, diante da necessidade da garantia desses direitos fundamentais no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

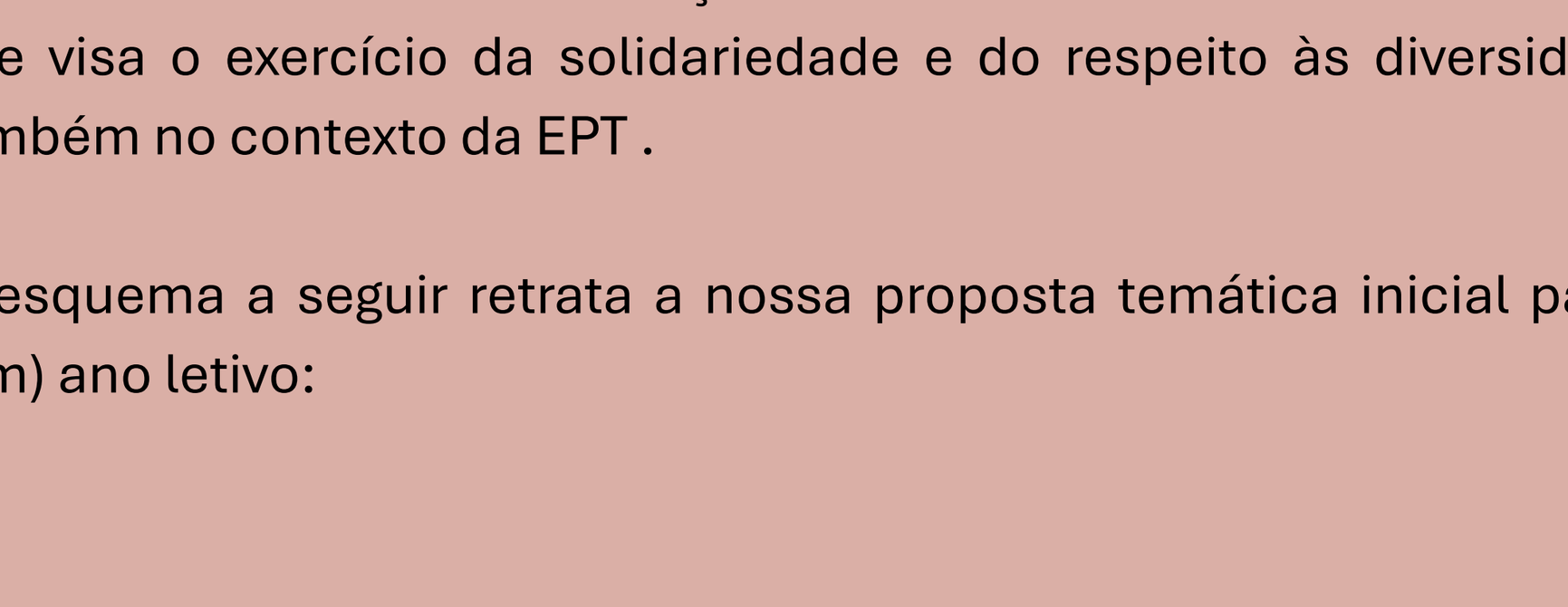
A proposta do PE, como já dito, reforça aqueles fundamentos em EDH que o aluno de Ensino Médio Integrado não pode deixar de ver no Ensino Médio Integrado, com foco nesse primeiro ano de abordagem para relações de trabalho, gênero, relações étnico-raciais e povos indígenas e democracia. Mas, a partir desse mínimo, a critério e vontade da instituição que estiver aplicando, cabe a ampliação, nos anos seguintes, podendo ampliar também para outras temáticas correlatas à EDH e igualmente importantes em seus propósitos, como por exemplo, mobilidade, moradia, meio ambiente, comunidades quilombolas, pessoa idosa, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, LGBTQIAPN+ ou quaisquer outros temas afetos.

Fluxo de Encontros Temáticos - Educação em Direitos Humanos

A escolha das temáticas aqui propostas está fundamentada na Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que garantem o direito a uma educação orientada pela dignidade humana, pela democracia e pela cidadania. Esses princípios buscam promover o respeito à diversidade, a não violência e à cultura de paz, além de contribuir para a formação de cidadãos críticos, o combate aos preconceitos e a integração do tema em todos os níveis de ensino.

Pautados na nossa crítica ao fato do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH – não fazer menção a um direcionamento específico para atuação em EPT e listar apenas cinco eixos: a Educação Básica; a Educação Superior; a Educação Não Formal; a Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança; e a Educação e Mídia, defendemos um trabalho direcionado, baseado nos princípios da democracia, da cidadania e da justiça social, por meio de um instrumento de construção de uma cultura de direitos humanos que visa o exercício da solidariedade e do respeito às diversidades também no contexto da EPT .

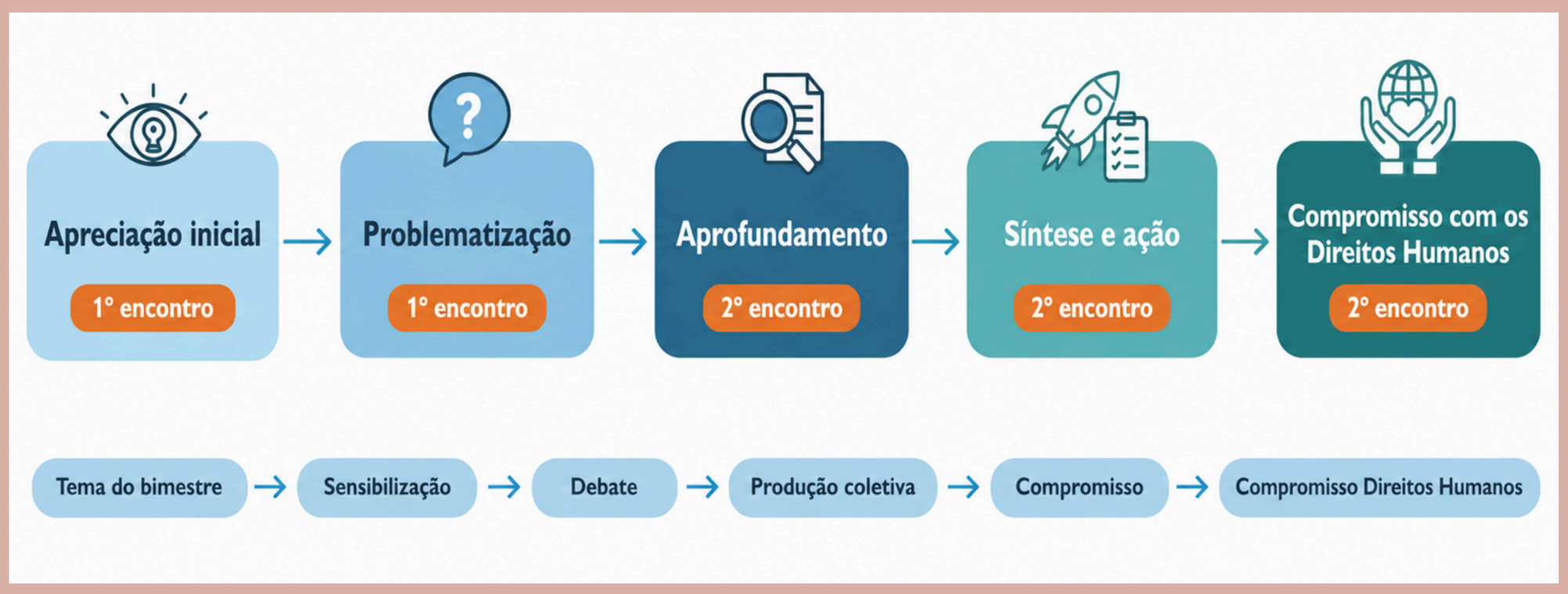
O esquema a seguir retrata a nossa proposta temática inicial para 1 (um) ano letivo:



Esquema dos Encontros do Produto Educacional

Na proposta aqui apresnetada, o planejamento das atividades estaria centrado em dois grandes encontros por bimestre para tratar de uma das temáticas elencadas para o ano.

O esquema a seguir resume a dinâmica do percurso formativo proposto:



Objetivos gerais do 1º Encontro:

- *Sensibilização, problematização e ampliação do repertório, por meio da mobilização dos conhecimentos prévios dos estudantes, identificar concepções sobre a temática e ampliar o repertório inicial por meio de diferentes linguagens artísticas, culturais e acadêmicas.*

Objetivos gerais do 2º Encontro:

- *Aprofundamento, diálogo e compromisso coletivo para aprofundamento e compreensão crítica da temática e construção coletiva de possibilidades de atuação diante das situações discutidas.Sistematização de compromisso de ação acerca da temática discutida.*

Síntese da dinâmica do 1º encontro

APRECIAÇÃO + PROBLEMATIZAÇÃO

Etapas:

1. Disparador

Apresentação de um recurso escolhido no e-book ou qualquer outro previamente selecionado (música, poema, fotografia, charge, notícia, curta-metragem ou trecho de filme).

2. Impressões iniciais

Pergunta aberta para que os estudantes expressem percepções, sem preocupação com respostas corretas.

3. Problematização

Discussão coletiva mediada pelo docente, com a ajuda de perguntas norteadoras (adaptáveis a qualquer temática). Seguem algumas sugestões de perguntas possíveis:

- *O que esse material nos mostra sobre a realidade?*
- *Que situações de injustiça ou violação de direitos aparecem?*
- *Quem é mais afetado por essa situação?*
- *Essa realidade também pode ser observada em nosso cotidiano?*
- *Quais direitos humanos estão envolvidos?*
- *Existem leis ou políticas públicas relacionadas ao tema?*
- *Como essa questão aparece no mundo do trabalho?*
- *Como ela interfere na formação profissional e cidadã?*
- *Existem diferentes formas de compreender esse problema? Quais?*
- *Quais estereótipos ou preconceitos costumam aparecer nessa discussão?*
- *Quem costuma ter voz quando esse assunto é debatido? Quem costuma ser silenciado?*
- *Qual é nossa responsabilidade individual e coletiva diante desse problema?*

4. Sistematização

Construção coletiva de um mapa de ideias ou painel registrando:

- *conceitos principais;*
- *dúvidas;*
- *conflitos identificados;*
- *relações com o curso técnico;*
- *relações com os Direitos Humanos.*

Síntese da dinâmica do 2º encontro

APROFUNDAMENTO + SÍNTESE E AÇÃO + COMPROMISSO COM OS DIREITOS HUMANOS

Etapas:

1. Retomada

Breve retomada do encontro anterior.

2. Dinâmica em grupos

Cada grupo recebe um conjunto de materiais diferentes e analisa um aspecto do tema.
Os grupos discutem:

- *Qual problema aparece?*
- *Quais direitos estão envolvidos?*
- *Como essa situação poderia ser enfrentada?*
- *Qual o papel da escola?*
- *Qual o papel dos futuros trabalhadores?*

3. Apresentação

Cada grupo apresenta sua análise.
O mediador estabelece conexões entre as apresentações e os conceitos trabalhados.

4. Síntese coletiva

Produção de um dos seguintes produtos:

- *manifesto;*
- *carta de princípios;*
- *mural temático;*
- *mapa conceitual;*
- *linha do tempo;*
- *infográfico;*
- *podcast;*
- *vídeo curto;*
- *campanha educativa;*
- *propostas para melhoria da escola ou da comunidade.*

5. Fechamento

Cada estudante registra:

- *o que aprendeu;*
- *o que mudou em sua forma de pensar;*
- *que compromisso assume em relação ao tema.*

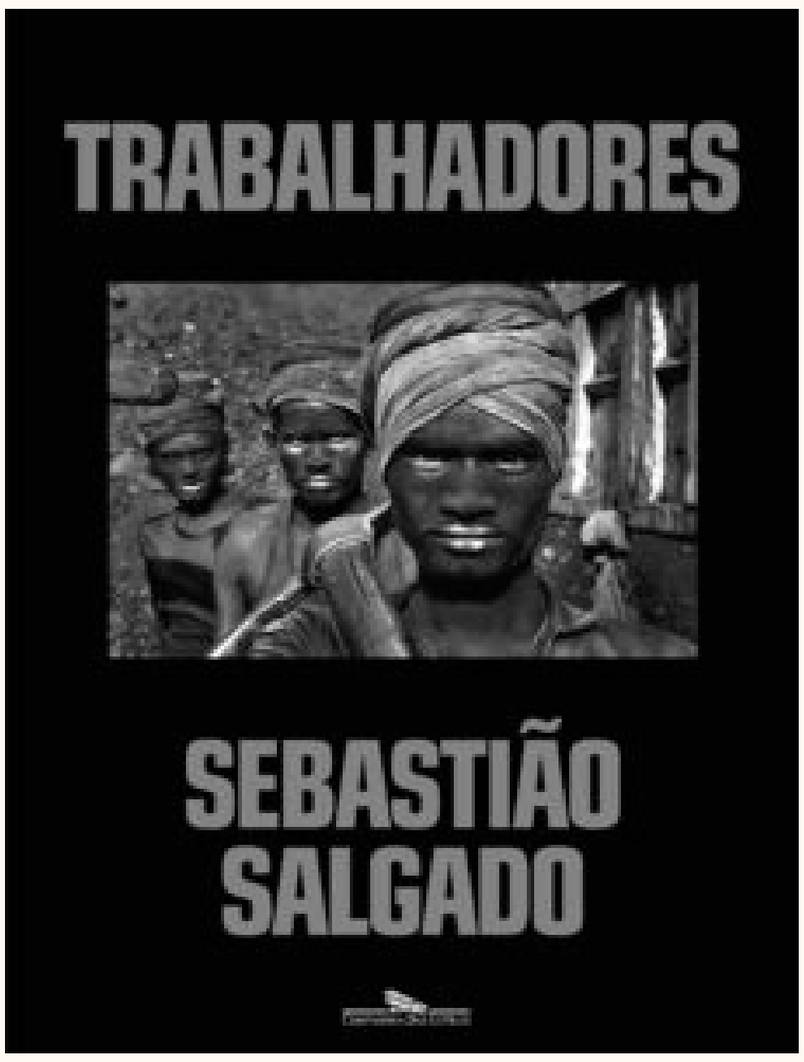
Condições de Trabalho

O Artigo 23 da DUDH estabelece o direito ao trabalho, além de condições justas e favoráveis e igual remuneração por trabalho igual. O Artigo 24 fala em direito ao descanso e ao lazer, constituindo-se como base dos direitos trabalhistas.

No PNEDH, as condições de trabalho aparecem de forma indireta, mas importante, nos eixos
Formação para cidadania e direitos sociais.
Aparecem ainda discussões sobre trabalho digno, direitos humanos no mundo do trabalho, especialmente em Educação Profissional e formação cidadã.

Diante dessa informação, podemos mensurar a importância de evoluir em direitos pró trabalhador, melhorando a estrutura no ambiente de trabalho, tanto no trabalho formal como no informal.

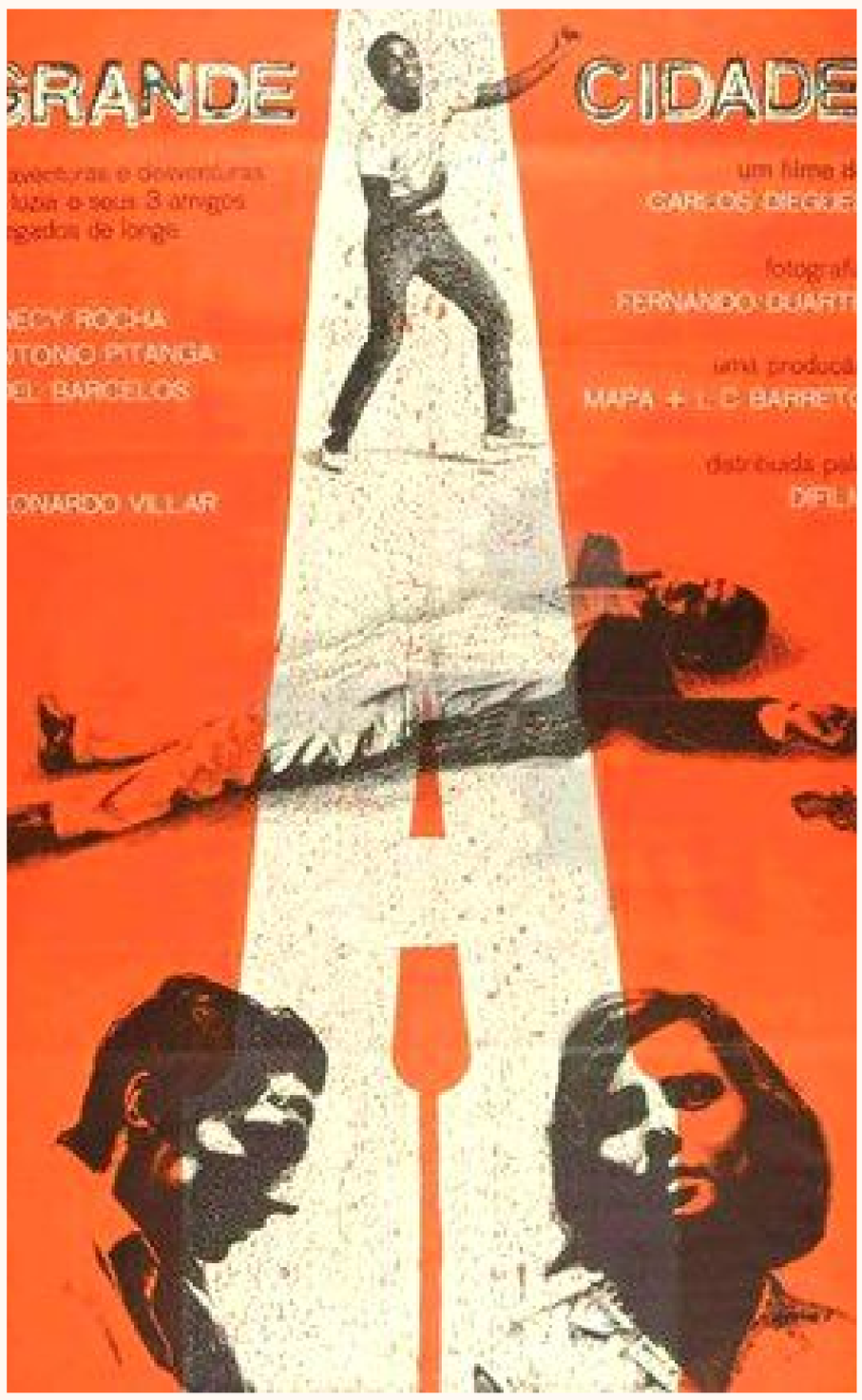
Obras da série 'Trabalhadores' de Sebastião Salgado



Trabalhadores: uma arqueologia da era industrial fotografias Sebastião Salgado
Em Trabalhadores, *Sebastião Salgado investe mais uma vez a sua perícia técnica num projeto de fôlego que registra com olhar solidário o trabalho de homens e mulheres cujo ânimo se sobrepõe às condições mais duras. Reunindo 350 fotografias em preto-e-branco, acompanhadas de um texto introdutório elaborado em parceria com o escritor Eric Nepomuceno, o livro retrata diversas atividades que são sinônimo de trabalho penoso: o drama da tradicional pesca do atum na Sicília, a obstinação de garimpeiros e trabalhadores rurais no Brasil, a paisagem dantesca de uma mina de enxofre na Indonésia, famílias indianas envolvidas na construção de barragens para irrigação, combatentes de incêndios colossais em poços de petróleo no Kwait, resultando na narrativa iconográfica de uma verdadeira epopéia global. Indo além da mera captação de imagens, Salgado confere dignidade ao dia-a-dia das pessoas presas ao círculo estreito da necessidade, de uma perspectiva arqueológica que é completada pelos textos acrescentados às fotos, com informações históricas e factuais.*
(FONTE: site da editora)

Condições de Trabalho

Filme “A Grande Cidade” de Cacá Diegues



O filme “A Grande Cidade” (1966), dirigido por Cacá Diegues, é uma obra importante do Cinema Novo, que buscava retratar a realidade social do Brasil de forma crítica e engajada.

A história acompanha a jovem Luzia, que sai do interior em busca do noivo no Rio de Janeiro, mas acaba enfrentando as dificuldades da vida urbana. Ao longo da narrativa, o filme mostra o contraste entre o sonho de uma vida melhor e a dura realidade das grandes cidades, marcada pela pobreza, marginalização e desigualdade social.

Com uma linguagem simples e direta, “A Grande Cidade” evidencia problemas como a migração, a exclusão social e a violência, revelando como a cidade pode tanto atrair quanto desiludir. Assim, o filme funciona como uma crítica à falta de oportunidades e às condições de vida enfrentadas por muitos brasileiros, sendo um retrato marcante da sociedade da época.

Filme “Que horas ela volta”

O filme “Que Horas Ela Volta?” (2015), dirigido por Anna Muylaert, é um importante retrato das desigualdades sociais no Brasil contemporâneo. A história acompanha Val, uma empregada doméstica que trabalha há anos na casa de uma família rica em São Paulo, criando o filho dos patrões enquanto mantém uma relação distante com a própria filha, Jéssica.

Quando Jéssica vai à cidade para prestar vestibular, sua postura mais independente e questionadora passa a confrontar as regras implícitas da casa, expondo as hierarquias sociais naturalizadas nas relações entre patrões e empregados. A convivência revela tensões e evidencia como desigualdade, privilégio e acesso à educação moldam as oportunidades de cada personagem.

O filme propõe uma crítica sensível à estrutura social brasileira, destacando temas como mobilidade social, relações de trabalho e identidade. Ao mostrar o choque entre gerações e perspectivas, a obra convida à reflexão sobre mudanças sociais e a busca por mais igualdade e respeito.

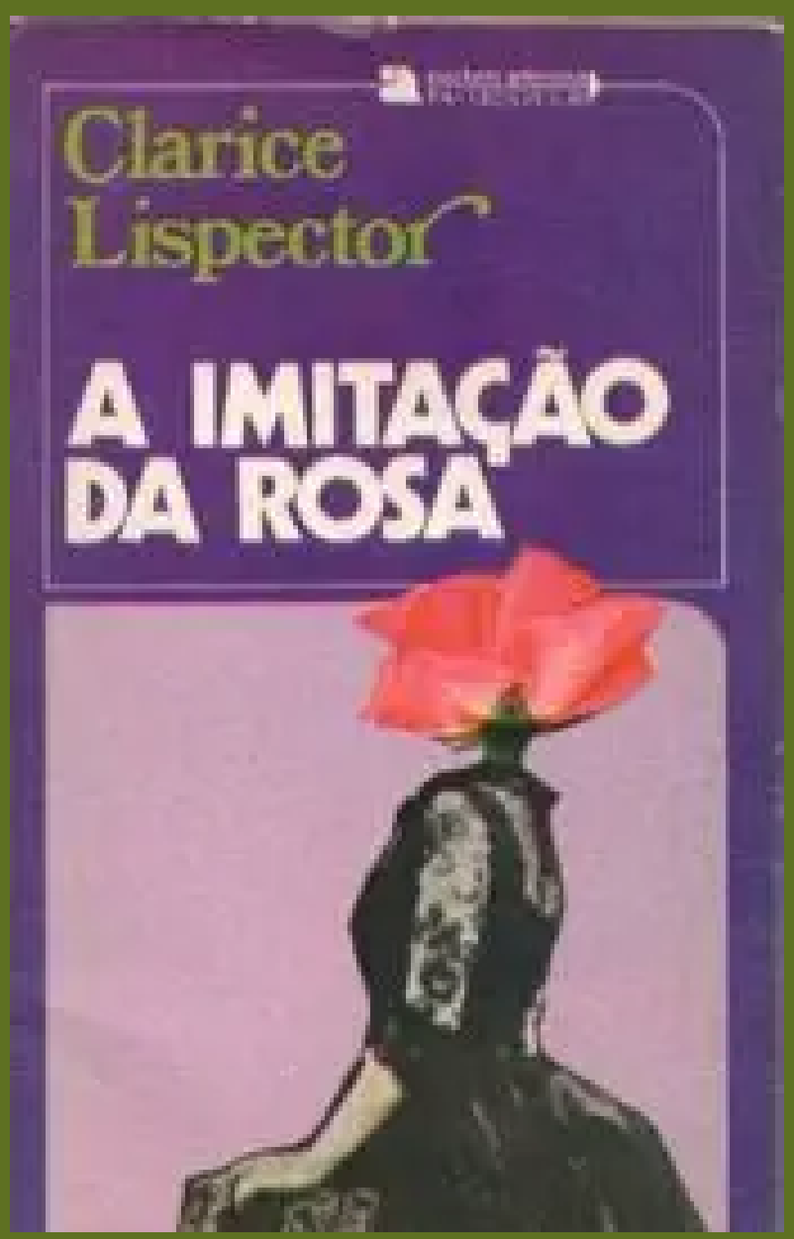


Gênero

O Artigo 2 da DUDH fala em igualdade sem distinção de sexo e o Artigo 16 em igualdade de direitos no casamento, pressupoatos fundamentais no entendimento da luta por igualdade de gênero.

No PNEDH, esta temática também aparece de forma clara. Em seus princípios, estabelece a igualdade de direitos e o respeito à diversidade. Em seus eixos, traz ainda o combate à discriminação por gênero e orientação sexual.

O país que mais traficou escravizados também é o país que mais mata pessoas por causa de sua orientação sexual e um dos mais perigosos do mundo para mulheres. Diante dessa realidade, é fundamental a compreensão da importância de se combater a violência de gênero e buscar a igualdade e o respeito à diversidade.



Tomando como base o trabalho de Antonio Candido e seus conceitos sobre o entrelaçamento entre literatura e sociedade, é possível observar como o conto ‘A Imitação da Rosa’ de Clarice Lispector mostra a mimese que a autora faz do conflito feminino oriundo das distinções dos papéis sociais como uma forma de discutir transformações vividas pela mulher brasileira no contexto da década de 60.

A partir da leitura crítica do conto, é possível analisar em que medida o texto funciona como denunciador da cobrança social que os indivíduos enfrentam e como a obra literária é capaz de retratar isso. A aflição da personagem Laura em respeito às exigências da sociedade fica latente desde a primeira frase, a personagem Laura está a todo o momento na tentativa de se enquadrar nos padrões femininos dominantes de sua época. Mas, será que avançamos? Como as mulheres são tratadas socialmente nos dias atuais?

“Antes que Armando voltasse do trabalho a casa deveria estar arrumada e ela própria já no vestido marrom para que pudesse atender o marido enquanto ele se vestia, e então sairiam com calma, de braço dado como antigamente” (pg. 34).

Artigo

“O conflito de gênero no conto ‘A Imitação da Rosa’ de Clarice Lispector”, de Ana Carolina Abiahy.

Gênero

A música brasileira tem uma longa trajetória de abordar questões LGBTQIA+, alternando entre protestos contra a homofobia, celebração da diversidade e afirmação da identidade, especialmente em contextos de censura ou de luta por direitos.

A origem do dia da visibilidade trans
O Dia Nacional da Visibilidade de Transexuais e Travestis é comemorado desde 2004. A data foi fixada pelo lançamento da campanha “Travesti e respeito”, elaborada por lideranças históricas do movimento de transexuais no país em parceria com o Programa Nacional de DST/Aids, do Ministério da Saúde.



Cantoras Liniker, Assucena Assucena e Raquel Virgínia, e Urias Foto: Reprodução

Relações Étnico-raciais

A DUDH estabelece, em seu artigo 1º, que todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Em seguida, no Artigo 2, traz a proibição de discriminação por raça, cor, origem. Trata-se, portanto, da base fundamental da igualdade racial.

O documento PNEDH, trata desta temática de maneirabem direta em seu documento. Já nos princípio, vemos o combate ao racismo e a todas as formas de discriminação. Nos eixos, ela aparece como promoção da igualdade racial no ambiente educacional e também dialoga com leis como a obrigatoriedade do ensino de história afro-brasileira.

O Brasil recebeu, dentre todos os países do mundo, a maior quantidade de escravizados e os manteve escravizados por quase 4 séculos e as consequências disso são sentidas até os dias atuais. É sabido que a "libertação" dos escravizados fez parte de um jogo político que mais pareceu uma desapropriação dos "bens" da elite escravagista do que uma política séria de libertação, de fato, dos escravizados. A falta de suporte e direcionamento a esse povo, por meio de políticas públicas de acolhimento e direcionamento social, gerou um povo marginalizado e desprezado ao longo dos tempos, resultando num racismo enraizado em nossa estrutura social e cultural. Partir da compreensão histórica desses fatos nos traz à luz que tudo envolve um processo de correção histórica e que políticas afirmativas como as Leis de Cotas e enrijecimento das leis que protegem os negros e pune quem atenta contra a sua honra e a dignidade são necessárias para o combate ao racismo estrutural e a promoção do antirracismo.

Música

A Mão da Limpeza – Gilberto Gil e Chico Buarque

O branco inventou que o negro
Quando não suja na entrada
Vai sujar na saída, ê
Imagina só
Vai sujar na saída, ê
Imagina só
Que mentira danada, ê
Na verdade a mão escrava
Passava a vida limpando
O que o branco sujava, ê
Imagina só
O que o branco sujava, ê
Imagina só
O que o negro penava, ê
Mesmo depois de abolida a escravidão
Negra é a mão
De quem faz a limpeza
Lavando a roupa encardida, esfregando o chão
Negra é a mão
É a mão da pureza
Negra é a vida consumida ao pé do fogão
Negra é a mão
Nos preparando a mesa
Limpando as manchas do mundo com água e sabão
Negra é a mão
De imaculada nobreza
Na verdade a mão escrava
Passava a vida limpando
O que o branco sujava, ê
Imagina só
O que o branco sujava, ê
Imagina só
Eta branco sujão



Em 1984, Gil lançou o disco *A Raça Humana*, que entre guitarras nervosas, foles e sanfonas, continha uma canção que discutia o racismo velado no Brasil. Negro ou não, quem nunca ouviu o pejorativo termo de que 'negro quando não suja na entrada, suja na saída'? Buscando mais uma vez desconstruir equívocos e colocar em debate o forte racismo que toma conta do país, Gil escreveu *Mão da Limpeza*.

Cantada ao lado do parceiro Chico Buarque, a canção valoriza a contribuição do negro desde os tempos da escravidão e sua participação fundamental na construção da identidade gastronômica e cultural do brasileiro.

Povos Originários

O Artigo 2 da DUDH - proíbe discriminação por origem e o Artigo 27 prevê o direito de participar da vida cultural da comunidade. Estes artigos sustentam a proteção da cultura e identidade dos povos originários.

O PNEDH trata explicitamente da diversidade cultural, por meio da valorização da diversidade e do pluralismo cultural e do Respeito às identidades de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Historicamente, vimos a instituição do processo de apagamento das origens locais, tanto por meios cruéis, dizimando drasticamente a população originária, quanto pelo desfazimento de toda cultura e traços identitários dessa população. Proteger os povos originários e toda sua cultura é essencial para o entendimento de nossa origem e é também uma política de ação afirmativa visando corrigir as desigualdades históricas.

Alguns trechos de vídeos que podem ajudar a entender a importância dos saberes ancestrais e dos povos originários no currículo escolar e também na Educação Profissional e Tecnológica.





[“A cultura indígena não se encaixa no pensamento patrimonialista”. Entrevista com Ailton Krenak - Instituto Humanitas Unisinos - IHU]

Povos Originários

Ailton Krenak é um importante líder indígena, ambientalista, filósofo e escritor brasileiro, reconhecido internacionalmente pela defesa dos povos originários e da natureza. Nascido em Minas Gerais, tornou-se o primeiro indígena a ingressar na Academia Brasileira de Letras, consolidando sua relevância na cultura e no pensamento nacional.

Sua trajetória ganhou destaque em 1987, durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987–1988, quando protestou em defesa dos direitos indígenas, contribuindo para avanços na Constituição Brasileira de 1988. Como autor, Krenak desenvolve reflexões críticas sobre o capitalismo e o modelo de vida ocidental, defendendo uma relação mais equilibrada entre humanidade e natureza em obras como Ideias para adiar o fim do mundo. Sua atuação se destaca pela valorização da cultura indígena e pela proposta de repensar o futuro do planeta a partir de uma perspectiva mais sustentável e coletiva.

***Ideias para adiar o fim do mundo** - por Ailton Krenak*

Uma parábola sobre os tempos atuais, por um de nossos maiores pensadores indígenas.



Samba Em Paz
Caetano Veloso

Samba Em Paz
Caetano Veloso

O samba vai crescer
Quando o povo perceber
Que é o dono da jogada

O samba vai vencer
Pelas ruas vai correr
Uma grande batucada

Samba não vai chorar mais
Toda gente vai cantar

O mundo vai mudar
E o povo vai cantar
Um grande samba em paz

Sobre a vasta discografia de Caetano Veloso e sua relação com as questões políticas e culturais brasileiras, leia mais em: https://bravo.abril.com.br/bravo-vc-acervo/cultura-e-politica-em-6-cancoes-de-caetano-veloso/



Em 1970, Chico Buarque lança a música “Apesar de Você”, também gravada por Clara Nunes no ano seguinte. A música traz uma crítica ao regime ditatorial e ao Ato Institucional Número 5 - AI5. Como era de praxe, na época, o compositores usavam do lirismo e do duplo sentido para fugir da repressão e da censura. Entretanto, a música foi censurada e voltou a ser lançada somente no ano de 1978.

ANPR Debate: Democracia e liberdade de expressão, com Caetano Veloso



Para uma análise aprofundada da música “Apesar de você”, assista ao vídeo.



Apesar De Você
Canção de Chico Buarque

Amanhã vai ser outro dia
Amanhã vai ser outro dia
Amanhã vai ser outro dia
Hoje você é quem manda
Falou, 'tá falado
Não tem discussão, não
A minha gente hoje anda falando de lado
E olhando pro chão, viu
Você que inventou esse estado
E inventou de inventar
Toda a escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar
O perdão
Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia
Eu pergunto a você onde vai se esconder
Da enorme euforia
Como vai proibir
Quando o galo insistir
Em cantar
Água nova brotando
E a gente se amando sem parar
Quando chegar o momento, esse meu sofrimento
Vou cobrar com juros, juro
Todo esse amor reprimido, esse grito contido
Este samba no escuro
Você que inventou a tristeza
Ora, tenha a fineza de desinventar
Você vai pagar e é dobrado
Cada lágrima rolada nesse meu penar
Apesar de você
(...)
Compositores: Francisco Buarque De Hollanda

Democracia e Cidadania

A Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH, em seu artigo 21, estabelece o direito de participar do governo do seu país (diretamente ou por representantes), além de citar o direito a eleições livres e periódicas. Esse artigo é a base do princípio democrático.

A democracia é um dos fundamentos centrais do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH. Ela está presente em seus princípios orientadores na forma de uma Educação voltada para a formação cidadã e participação democrática.

A Democracia como direito envolve mais do que ter direito ao voto. Todo cidadão brasileiro tem o direito de votar podendo assim escolher diretamente seus representantes políticos em eleições livres e periódicas (sic). Entender a importância desse direito e as consequências das nossas escolhas políticas para a vida em sociedade é fundamental para a construção social. É preciso lembrar também que a queda de toda democracia começa com a extinção do direito ao voto e o encerramento das casas legislativas, formadas justamente pelos representantes escolhidos pelo povo no sufrágio universal.

Carta À República (part. UAKTI)
Milton Nascimento

Sim é verdade, a vida é mais livre
O medo já não convive nas casas, nos bares, nas ruas
Com o povo daqui
E até dá pra pensar no futuro
E ver nossos filhos crescendo e sorrindo
Mas eu não posso esconder a amargura
Ao ver que o sonho anda pra trás
E a mentira voltou
Ou será mesmo que não nos deixara?
A esperança que a gente carrega
É um sorvete em pleno Sol
O que fizeram da nossa fé?
O que fizeram da nossa fé?
Eu briguei, apanhei, eu sofri, aprendi
Eu cantei, eu berrei, eu chorei, eu sorri
Eu saí pra sonhar meu país
E foi tão bom, não estava sozinho
A praça era alegria sadia
O povo era senhor
E só uma voz, numa só canção
E foi por ter posto a mão no futuro
Que no presente preciso ser duro
E eu não posso me acomodar
Quero um país melhor
O que fizeram da nossa fé?
O que fizeram da nossa fé?
E foi por ter posto a mão no futuro
Que no presente preciso ser duro
E eu não posso me acomodar
Quero um país melhor

Composição: Fernando Brant / Milton Nascimento.

Em “Carta À República (part. UAKTI)”, Milton Nascimento aborda a transição democrática no Brasil, destacando tanto o desejo de liberdade quanto a frustração diante das promessas não cumpridas.
A música foi inspirada por uma carta apresentada no I Congresso Nacional de Música Popular, refletindo o anseio por liberdade artística e social após anos de repressão.



Coracao Civil
Música de
Milton Nascimento

Quero a utopia, quero tudo e mais
Quero a felicidade dos olhos de um pai
Quero a alegria muita gente feliz
Quero que a justiça reine em meu país
Quero a liberdade, quero o vinho e o pão
Quero ser amizade, quero amor, prazer
Quero nossa cidade sempre ensolarada
Os meninos e o povo no poder, eu quero
ver
São José da Costa Rica, coração civil
Me inspire no meu sonho de amor, Brasil
Se o poeta é o que sonha o que vai ser real
Bom sonhar coisas boas que o homem faz
E esperar pelos frutos no quintal
Sem polícia, nem a milícia
Nem feitiço, cadê poder?
Viva a preguiça, viva a malícia
Que só a gente é que sabe ter
Assim dizendo a minha utopia
Eu vou levando a vida
Eu viver bem melhor
Doido pra ver o meu sonho teimoso
Um dia se realizar

Compositores: Fernando Rocha Brant,
Milton Silva Campos Nascimento.

Em “Coração Civil”, Milton Nascimento e Fernando Brant usam referências diretas para expressar o desejo de um Brasil mais democrático e justo. A menção a “São José da Costa Rica, coração civil” destaca a Costa Rica como exemplo de democracia estável, sugerindo que o Brasil, no início dos anos 1980, deveria buscar inspiração em modelos que valorizam os direitos humanos e a liberdade. Esse contexto é fundamental, já que a música foi lançada durante o processo de redemocratização, após anos de ditadura militar.



Referências Bibliográficas

ABIAHY, Ana Carolina - O conflito de gênero no conto no conto “A Imitação da Rosa”, de Clarice Lispector. Textura, Canoas n. 10 julho/dezembro 2004 p.75-87. Disponível em: http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/714/535 (acesso em: 09 de set de 2025)

Assembleia Geral da ONU. (1948). "Declaração Universal dos Direitos Humanos". Paris. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos (acesso em: 23 de mar de 2026)

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH. Ministério dos Direitos Humanos. Brasília, 2018. 3ª reimpressão, simplificada. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf (acesso em: 23 de mar de 2026)

CANDAU, Vera Maria et al. Tecendo a cidadania : oficinas pedagógicas de direitos humanos. 3. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1995.

CANDIDO, Antonio. “Crítica e sociologia”. In: Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária. 7.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985. p. 3-15.

Gomes, Erik Chiconelli. Retrato do racismo estrutural no Trabalho. Outras Palavras. Publicado 17/10/2024 às 15:10 - Atualizado 17/10/2024 às 15:11. Disponível em: https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/retrato-do-racismo-estrutural-no-trabalho/. (acesso em: 09 de set de 2025)

Moulin , Medeiros & Luft. DIREITO À MORADIA: UM DIREITO SOCIAL EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL – A EXPERIÊNCIA DO ALUGUEL SOCIAL NO RIO DE JANEIRO. Planejamento e Políticas Públicas | ppp | n. 46 | jan./jun. 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/b27d927f-6d00-4ed5-8fb2-c7aa549f3bdf/content. (acesso em: 23 de mar de 2026)

SACAVINO, Susana Beatriz. Construtores da Cidadania : oficinas pedagógicas para formação de agentes sociais multiplicadores / Susana Beatriz Sacavino, Marcelo Andrade, Maria da Consolação Lucinda - Rio de Janeiro : NOVAMERICA, 2007.